

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.132.543/23-0



330

MVBV PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 32.286.433/0001-41 | NIRE nº 3530052953-7
ATA DA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18.10.2022

DATA, HORA E LOCAL: aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro do ano de 2022, às 17h (dezessete horas), na sede da companhia na Rua Romeu Ciabatari Júnior, nº 97, Central Park Residence, CEP 19.060-712, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas representando a totalidade do capital social da companhia MVBV PARTICIPAÇÕES S/A. **CONVOCAÇÃO:** Ficou esclarecido que não havia necessidade de convocação formal diante da presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social da companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **PRESENÇA:** presentes neste ato os acionistas CORALDINO SANCHES VENDRAMINI, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 14.482.830-3 SSP/SP, expedida em 16/09/2011, nascido aos 09/01/1966, filho de Ubirajara Vendramini e Vanda Sanches Vendramini, natural de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CPF sob nº 058.821.148-61, residente e domiciliado na Rua Romeu Ciabatari Júnior, nº 97, Central Park Residence, CEP 19.060-712, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo; ANA LUCIA DE CASTRO LIMA VENDRAMINI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 19.629.344-3 SSP/SP, expedida em 30/03/2007, nascida aos 17/06/1968, filha de Gustavo de Castro Lima e Celia Delfim de Castro Lima, natural de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, inscrita no CPF sob nº 109.199.258-47, residente e domiciliado na Rua Romeu Ciabatari Júnior, nº 97, Central Park Residence, CEP 19.060-712, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo; e na qualidade de assistente jurídico, o advogado BRUNO VENDRAMINI, regularmente inscrito na OAB/SP sob nº 389.517, com escritório profissional na Avenida Coronel José Soares Marcondes, nº 158, Vila Maristela, CEP 19.020-120, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. **MESA DIRETORA:** sem necessidade de formal convocação, já que os presentes representavam totalidade do capital subscrito, foram aclamados Presidente e Secretária da Assembleia, respectivamente, o senhor CORALDINO SANCHES VENDRAMINI, que convidou a mim ANA LUCIA DE CASTRO LIMA VENDRAMINI, para secretariar este ato. **ORDEM DO DIA:** constituída a mesa, o senhor Presidente, após verificar a regularidade da instalação da assembleia, deu início aos trabalhos e informou que a ordem do dia era composta dos seguintes itens: (i) redução do capital social, alteração do artigo 5º e consolidação do Estatuto Social; (ii) outros assuntos de interesse da companhia.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: constituída assim a mesa, em ato contínuo, o senhor Presidente declarou instalada a assembleia geral extraordinária e, em seguida, por unanimidade de votos, foram aprovados, sem qualquer objeção, o que segue:

[Handwritten signature]

I) Redução do capital social, alteração do artigo 5º e consolidação do Estatuto Social: nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76, deliberado à unanimidade pela redução do capital social de R\$ 2.216.640,00 (dois milhões, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e quarenta reais) para R\$ 870.969,00 (oitocentos e setenta mil, novecentos e sessenta e nove reais). Foi esclarecido pelo Sr. Presidente que a diminuição do capital social da companhia é promovida em razão de desinvestimento de parte do capital do acionista CORALDINO SANCHES VENDRAMINI:

Em razão da redução do capital social, a companhia MVBV PARTICIPAÇÕES S/A resgata 672.835 (seiscentas e setenta e duas mil, oitocentas e trinta e cinco) ações ordinárias nominativas da companhia, e 672.836 (seiscentas e setenta e duas mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais nominativas da companhia de propriedade do acionista CORALDINO SANCHES VENDRAMINI, no valor total de R\$ 1.345.671,00 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e setenta e um reais). O pagamento do resgate das Ações será efetuado em bem a ser transferido pela Companhia ao acionista, sendo o seguinte bem:

1) Imóvel denominado: Lote Rural, com área de 821,25ha, situado no distrito de Ipjehu, município de Corpus Christi, departamento de Canindeyú, Paraguay. Imóvel registrado na FINCA 2.490, e escriturado por meio de Registro de Contratos Públicos no Colegio de Escribanes del Paraguay. Valor de R\$ 1.345.671,00.

Descrição analítica: imóvel descrito na FINCA 2.490, no Cartório de Registro de Contratos Públicos no Colegio de Escribanes del Paraguay, a seguir transcrito:

MEDIDAS Y LINDEROS: Línea 7-6: con rumbo: S.60°25' E.787,00m Sur sesenta grados veinte y cinco minutos Este mide setecientos ochenta y siete metros y linda con derechos de Fernando Junqueira.-Línea 6-5: con rumbo S.39°45' E.3.599,00m Sur treinta y nueve grados cuarenta y cinco minutos Oeste.mide mil quinientos noventa y nueve metros y linda con al fiscal.-Línea 5-II-con rumbo N. 68°55'.W.1.985,00m Norte sesenta y ocho grados cincuenta y cinco minutos Oeste mide novecientos ochenta y cinco metros y linda con fiscal.-Línea II-A-Con rumbo veinte grados 44.E.4506,98m) Norte veinte y seis grados cuarenta y cuatro minutos este, cuatro mil quinientos seis metros con noventa y ocho centímetros y linea con la fracción I (Egon Pudell).-Línea A-7: con rumbo S.59°09'.E.1.968,02 metros) Sur cincuenta y nueve grados nueve minutos Este, mide un mil novecientos sesenta y ocho metros y dos centímetros y linda con la fracción 2.A. SUPERFICIE 993.Hás.4.126 mts²./

Quadro – Resumo do bem a ser transferido ao acionista **CORALDINO SANCHES VENDRAMINI:**

Nº	BEM	VALOR
1	Imóvel registrado sob FINCA 2.490	R\$ 1.345.671,00
	TOTAL	R\$ 1.345.671,00

JUCESP

Promovida a redução do capital social, o artigo 5º do Estatuto Social (Anexo I), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 870.969,00 (oitocentos e setenta mil, novecentos e sessenta e nove reais), dividido em 435.485 (quatrocentas e trinta e cinco mil, quatrocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 435.484 (quatrocentas e trinta e cinco mil, quatrocentas e oitenta e quatro) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.”

A companhia MVBV PARTICIPAÇÕES S/A, neste ato transfere toda posse, jus, domínio, ação e direitos exercidos sobre o imóvel acima descrito, passando o acionista CORALDINO SANCHES VENDRAMINI, a partir desta data, a usar, gozar e livremente dispor do mesmo como seu que fica sendo. O acionista CORALDINO SANCHES VENDRAMINI, manifesta expressamente neste ato sua aceitação no que se refere ao ônus gravado em respectiva matrícula até a presente data e, ainda, aqueles que por ventura venham ocorrer até o efetivo registro no Cartório de Registro de Imóveis – CRI.

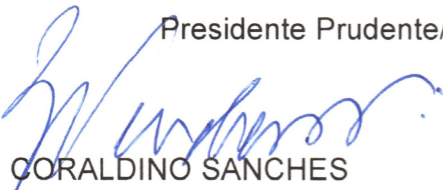
II) Ao final, o Senhor Presidente ofereceu a palavra aos presentes para tratarem de assuntos de interesse geral da sociedade, não havendo quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos, deu-se por encerrada a Assembleia.


ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido por mim lavrada em livro próprio a presente ata em forma de sumário, que após lida e aprovada, segue assinada pelos acionistas presentes que autorizaram sua publicação sem as suas assinaturas, conforme dispõe o artigo 130, da Lei nº 6.404/76.

Ficam o Presidente e Secretária autorizados a extrair cópia fiel da presente ata lavrada no livro próprio, para os fins necessários.

Esta Ata é cópia fiel da que foi lavrada no livro próprio, do que damos fé.

Presidente Prudente/SP, 18 de outubro de 2022.


CORALDINO SANCHES
VENDRAMINI
Presidente – Mesa Diretora
Acionista


ANA LUCIA DE CASTRO LIMA
VENDRAMINI
Secretária – Mesa Diretora
Acionista

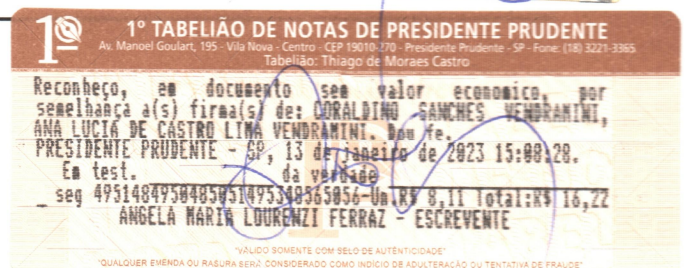

BRUNO VENDRAMINI
OAB/SP 389.517

JUCESP
02

20 JAN 2023



JUCESP



DUCEP

MVBV PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ nº 32.286.433/0001-41 | NIRE nº 3530052953-7

ANEXO I DA ATA DA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18.10.2022

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º - MVBV PARTICIPAÇÕES S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, que se rege por este Estatuto e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A companhia tem sede e foro na Rua Romeu Ciabatari Júnior, nº 97, Central Park Residence, CEP 19.060-712, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, podendo criar, instalar e encerrar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, mediante deliberação da Diretoria.

Art. 3º - A sociedade tem por objeto social: Holding de instituições não financeiras, participação no capital social de empresas com atividades preponderantemente não financeiras.

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Parágrafo único – O término do exercício social dar-se-á sempre no dia 31 de dezembro de cada ano.

CAPITAL SOCIAL

Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 870.969,00 (oitocentos e setenta mil, novecentos e sessenta e nove reais), dividido em 435.485 (quatrocentas e trinta e cinco mil, quatrocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 435.484 (quatrocentas e trinta e cinco mil, quatrocentas e oitenta e quatro) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS

Art. 6º - Cada ação ordinária confere a seu titular um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Art. 7º - As ações preferenciais não terão direito a voto e conferirão a seus titulares (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na proporção de sua

participação no capital social; em caso de liquidação da Sociedade e (ii) dividendo 10% (dez por cento) superior ao atribuído às ações ordinárias, não cumulativos.

Art. 8º - As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas" e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrado deste os respectivos custos.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Art. 9º - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo da Lei n. 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Geral ordinária e extraordinária.

Parágrafo único – A Assembleia Geral poderá ser realizada com a presença física de seus acionistas ou pela utilização de videoconferências.

Art. 10 - À Assembleia Geral compete as atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 6.404/76, bem como a deliberação acerca dos seguintes temas:

- (i) Aumento de capital da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (ii) Criação de nova classe ou espécie de ação na Companhia ou em qualquer de suas subsidiárias, ou qualquer alteração nos direitos e privilégios das ações existentes na Companhia ou em qualquer de suas subsidiárias;
- (iii) Alteração deste Estatuto Social ou do Estatuto ou Contrato Social de qualquer das subsidiárias da Companhia, excetuadas as alterações exigidas por lei ou pela regulamentação da CVM;
- (iv) Fusão, cisão, incorporação ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias;
- (v) Oferta pública ou privada de ações ou de qualquer valor mobiliário que conceda a seu titular o direito de adquirir ações de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;
- (vi) Alienação da totalidade ou de parcela significativa dos ativos da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, excetuada a venda de direitos de crédito integrantes da carteira da Companhia;

DUCEAP

DE OI O

(vii) Dissolução ou liquidação voluntária da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;

(viii) Pedido de autofalência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e celebração de acordo com credores para renegociação de dívidas realizadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;

(ix) Redução de capital da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;

(x) Resgate de ações de emissão da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias;

(xi) Proposta para o Conselho de Administração relativa a qualquer outra forma de recompra de ações de emissão da Companhia, bem como a posterior revenda de ações de emissão da Companhia por ela adquiridas ou adquiridas por qualquer de suas subsidiárias;

(xii) Distribuição de dividendos pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias em volume superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual da Companhia ou da subsidiária em questão, ajustado nos termos da lei;

(xiii) Constituição de penhor ou qualquer outro ônus sobre ações de emissão da Companhia ou sobre ações ou quotas de qualquer das suas subsidiárias;

(xiv) Definição ou substituição dos auditores independentes da Companhia;

(xv) Alteração na estrutura administrativa da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias incluindo, sem limitação, alteração do número de membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria e dos procedimentos e critérios adotados para eleição dos respectivos membros;

(xvi) Alteração na política de remuneração dos administradores da Companhia ou de qualquer das suas subsidiárias;

(xvii) Início, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de qualquer nova atividade ou linha de negócio;

(xviii) Aquisição, desinvestimento ou aumento da participação detida pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias no capital social de qualquer sociedade (inclusive aquelas de cujo capital a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias já participe), bem como a participação em qualquer joint venture, associação ou negócio jurídico similar;

(xix) Aprovação do plano de negócios da Companhia, bem como de qualquer alteração no referido plano;

(xx) Alteração dos critérios e práticas contábeis adotadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, excetuadas as alterações exigidas por lei ou pela regulamentação da CVM; e

(xxi) Aprovação de plano de opção de compra de ações ou similar destinado aos administradores da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias.

Parágrafo único - Para os fins deste Art. 10, considera-se subsidiária qualquer sociedade na qual a Companhia detenha, direta ou indiretamente, direitos de sócio que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais.

Art. 11 - As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei n. 6.404/76. As deliberações, exceto nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, serão tomadas pelo voto de acionistas representando a maioria absoluta dos presentes.

§ 1º - As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão presididas pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por outro Diretor por ele indicado, ou, na ausência de ambos, por acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. O Presidente da Assembleia Geral deverá indicar, dentre os presentes, um secretário.

§ 2º - Somente poderão tomar parte e votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam registradas nas respectivas contas de depósito das ações escriturais, abertas em seu nome pela instituição financeira depositária com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para realização da referida Assembleia Geral. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, nos termos da Lei n. 6.404/76, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia.

Art. 12 - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais acordos de acionistas.

DUCESP

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 13 - A sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita para um período de três anos, podendo ser reeleita conjunta ou separadamente.

§ 1º - O mandato dos administradores estende-se até a investidura dos novos eleitos e no caso de vacância em qualquer cargo de Diretor, será convocada Assembleia Geral Extraordinária dentro de 30 (trinta) dias da data da vacância.

§ 2º - Em caso de destituição ou renúncia de diretor, a própria Assembleia que tomar tal deliberação, elegerá, caso necessário, seu substituto pelo tempo faltante ao término do mandato da diretoria.

§ 3º - Ocorrendo impedimento ocasional ou licença de diretor, o Diretor Presidente providenciará a distribuição de suas funções entre os demais diretores, até que o mesmo assuma suas funções ou a Assembleia Geral eleja seu substituto.

§ 4º - Os diretores poderão exercer cumulativamente as outras atribuições executivas da Companhia, sendo que um Diretor poderá acumular o cargo de mais de uma diretoria.

Art. 14 - A Assembleia Geral dos acionistas fixará anualmente o montante global ou individual da remuneração dos membros da Diretoria, dentro do critério do art. 152 e seus parágrafos, da Lei 6.404/76.

Parágrafo único - no caso de substituição no decurso do mandato, a Assembleia Geral poderá fixar os honorários dos novos diretores em valores diferentes dos que vinham sendo pagos ou creditados aos substituídos, se tal for exigido por razões de mercado, e se for o caso, na mesma oportunidade se fará reajuste dos vencimentos dos demais diretores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 - O conselho de administração, por ora não será composto, podendo vir a ser instalado a qualquer tempo e eleitos seus membros pela Assembleia Geral, com atribuições previstas em lei.

DIRETORIA

Art. 16 - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente,

DUCEAP

um diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica. Deverá ser obrigatoriamente preenchido os cargos de Diretores Presidente e Vice-Presidente.

Parágrafo único - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sempre isoladamente sobre quaisquer matérias relacionadas com o objeto social.

Art. 17 - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que, por lei ou pelo presente Estatuto Social, dependam de prévia aprovação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

Art. 18 - Compete à Diretoria, sem prejuízo das demais competências estabelecidas pelo presente Estatuto Social ou pela Assembleia Geral:

(i) Representar, judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, a Companhia;

(ii) Praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social;

(iii) Zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social;

(iv) Coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleia Geral, nas Reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;

(v) Administrar e superintender os negócios sociais;

(vi) Contratação de dívida pela Companhia ou por qualquer das suas subsidiárias, em uma única transação ou em uma série de transações realizadas, que as envolvam em obrigações referentes a negócios e operações relativas ao objeto social das mesmas.

Art. 19 - O Diretor Presidente da Companhia terá poderes específicos para:

(i) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores;

(ii) Coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia bem como sua apresentação aos acionistas;

- (iii) Definição ou substituição dos auditores independentes da Companhia;
- (iv) Supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal;
- (v) Prospectar os negócios relacionados com o objeto social da Companhia;
- (vi) administrar o relacionamento da Companhia com os originadores de créditos imobiliários;
- (vii) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar toda a área contábil e financeira da Companhia;
- (viii) Administrar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras, exceto no que diz respeito à distribuição pública de títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Art. 20 - Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia será representada pelos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração em conjunto ou isoladamente, e a eles cabem a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social ou firma em negócios estranhos aos fins sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer acionista ou de terceiros.

§ 1º - No limite de suas atribuições, os Diretores, em conjunto ou isoladamente, poderão constituir mandatários ou procuradores em nome da Companhia para representá-los nas práticas de sua competência, especificando detalhadamente no instrumento de procuração os atos que poderão praticar e o prazo de duração.

§ 2º - O Diretor Presidente, em conjunto com a Diretora Vice-Presidente, estão autorizados, alienar e adquirir bens móveis e imóveis, bem como a constituição de ônus sobre os mesmos, contratar financiamentos e empréstimos com bancos e instituições de crédito, podendo para tanto, dar em garantia hipotecária ou pignoratícia os bens móveis ou imóveis da companhia, assinando os respectivos contratos, cédulas, escrituras e outros documentos.

§ 3º - Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, emissão de cheques e outros títulos cambiais, a Companhia será representada em conjunto ou isoladamente, por seus Diretores.

§ 4º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os negócios e interesses sociais o exigirem, na sede social, ou em qualquer outra localidade escolhida pela Diretoria, ou mediante videoconferência, conferência por telefone ou pela rede mundial de computadores, ou por qualquer forma informada de convocação, desde que consignando em livro próprio o que for deliberado na ocasião.

§ 5º - As deliberações serão tomadas com a presença da maioria de seus membros, por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 6º - É vedado aos Diretores, em nome da Companhia prestar aval, fiança ou oferecer garantias pessoais em favor de terceiros. Não se incluem na proibição os atos que forem praticados em benefício ou a favor da própria Companhia, suas associadas, coligadas, controladas ou quaisquer sociedades nas quais a Companhia e seus acionistas detenham participação.

CONSELHO FISCAL

Art. 21 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição.

§ 1º - O Conselho Fiscal será instalado ou dispensada sua instalação, por deliberação da Assembleia Geral, a pedido dos acionistas, conforme previsto em lei.

§ 2º - O funcionamento, competência, os deveres e as responsabilidades dos Conselheiros obedecerão ao disposto na legislação em vigor.

§ 3º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger, respeitado o limite legal.

EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Art. 22 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 23 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76, as quais, em conjunto, deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício.

Parágrafo único - A Diretoria poderá levantar balanços mensais, trimestrais e semestrais, observadas as disposições legais.

Art. 24 - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

§ 1º - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 2º - Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas nos artigos acima, será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o Art. 202 da Lei n. 6.404/76.

§ 3º - O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Art. 25 - A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limite estabelecidos em lei, imputando-os ao dividendo mínimo obrigatório.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 26 - A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

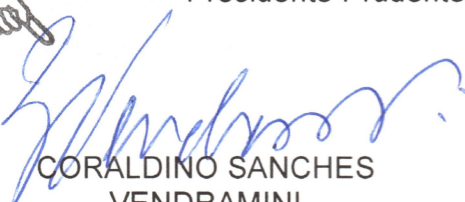
Art. 28 - A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente existentes e registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

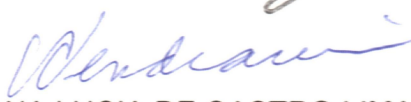
Art. 29 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei n. 6.404/76, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral, nas matérias que lhe caiba livremente decidir.

FORO

Art. 30 – Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Prudente/SP como único competente para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Estatuto Social, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Presidente Prudente/SP, 18 de outubro de 2022.


CORALDINO SANCHES
VENDRAMINI
Presidente – Mesa Diretora
Acionista


ANA LUCIA DE CASTRO LIMA
VENDRAMINI
Secretária – Mesa Diretora
Acionista


BRUNO VENDRAMINI
OAB/SP 389.517

